

AS CASAS GRANDES NO VALE DE AROUCA. Parentesco, memória e representação social*

por

Fernando Matos Rodrigues**

Resumo: O autor trata das “casas grandes” do vale de Arouca, em termos de património, memória, e representação social – em torno das estratégias familiares e dos grupos sociais localizados.

Palavras-chave: Arouca; paisagem e arquitectura; património familiar.

Abstract: The author studies the so-called “big houses” (manor-houses) of the Arouca valley, as elements of heritage, of memory, and of social representation – focussing his attention on family strategies and local social groups.

Key-words: Arouca; landscape and architecture; family heritage.

0. INTRODUÇÃO

Pretende-se estudar as Casas Grandes no Vale de Arouca em torno das redes familiares, das regras e estratégias de transmissão e conservação dos patrimónios familiares, e compreender como eles interferem nas classificações, hierarquias e respectivas polaridades sociais em contextos locais e regionais. A Casa Grande é assim, um exemplo clássico de complexidade e diversidade social e política em contextos localizados.

Estamos perante um sistema de Casas Grandes que estruturam e definem as hierarquias e posicionamentos sócio-económicos em contextos fortemente marcados pela importância da família e respectivos capitais simbólicos e materiais; a partir dos quais se estruturam e organizam alianças e redes familiares.

* Este estudo toma como base a nossa dissertação de mestrado em antropologia social, *Casa e Diferenciação Social na Vila de Arouca* (1999), apresentada na Universidade do Minho / Braga, orientada pelo Professor Doutor Carlos Manuel Silva.

** Professor no Curso de Arquitectura da ESAP, Porto.

Todas estas Casas Grandes desenvolveram e desenvolvem um conjunto complexo de estratégias de conservação e de ampliação simbólica e material do património familiar. O sistema de herdeiro beneficiado tem como principal objectivo a conservação e a reprodução do património familiar, impedindo desta forma a sua fragmentação e a sua fuga para outras mãos. Na Vila de Arouca, também assistimos, por parte, das Casas Grandes, a uma ideologia da conservação e da reprodução do património familiar.

De que forma, o capital material e simbólico típico de uma Casa Grande é determinante para aceder aos lugares da gestão política a nível local, regional e nacional. Como se organizam as alianças políticas e sociais em torno dos interesses familiares, e qual o posicionamento dos herdeiros face aos poderes locais estabelecidos.

O ordenamento da paisagem e do território em contextos locais, encontra-se fortemente condicionado pela actividade económica e social destas Casas Grandes no Vale de Arouca. A sua longevidade depende da sua auto-suficiência em termos económicos e sociais; para isso, contribui a riqueza dos seus bosques, dos seus campos, dos seus vinhedos, dos seus pastos, dos seus pomares e das suas águas. A gestão e o controle da água e do solo são uma prioridade por parte destas Casas Grandes. Esta gestão integrada da paisagem, do solo e da água foi potenciadora de uma qualidade ambiental que se pautava por princípios tais simples, como o da biodiversidade, da sustentabilidade de pequenos ecossistemas, e das economias de proximidade. Ao longo dos tempos poderemos afirmar que a paisagem no Vale de Arouca foi moldada e criada em função desta visão patrimonial da Casa, da Família e do Património Familiar.

1. AROUCA – UM LUGAR DE MEMÓRIA NO PEQUENO NOROESTE

A Vila de Arouca encontra-se localizada para oeste da barreira montanhosa, estabelecendo a transição entre o litoral e o interior do norte de Portugal. Embora a região de Arouca esteja integrada no chamado maciço antigo é constituída genericamente por xistos e granitos que de certo modo, são os responsáveis pela criação de solos de diferentes aptidões e de formas de relevo diversas, das quais devem salientar-se vales estreitos de vertentes abruptas, com reduzidos planos aluviais, depressões mais ou menos extensas e por vezes muito aplanadas, áreas planálticas a mais de 300 metros, rechãs de dimensões variadas (Pedrosa, 1987: 1-4).

O concelho de Arouca está assim, situado no extremo nordeste do distrito de Aveiro e faz fronteira com os concelhos vizinhos de Vale de Cambra, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva, todos do distrito de Aveiro; com os concelhos de Cinfães, Castro d'Aire e S. Pedro do Sul, do distrito de Viseu; e por

último com o concelho de Gondomar do distrito do Porto. O actual concelho de Arouca é composto por vinte freguesias, de salientar que a freguesia de Covelo de Paivó foi a última freguesia anexada a este concelho no ano de 1917¹.

A ocupação humana no concelho de Arouca remonta a tempos pré-históricos, resistindo ao desgaste dos séculos, são prova os diversos “*achados arqueológicos*”, datáveis de épocas anteriores à invasão romana, e de que é exemplo, o conjunto megalítico de Escariz. Maria Helena da Cruz Coelho (1977: 21), ao estudar o mosteiro de Arouca e seus donatários para o século XIII, elabora um conjunto de considerações sobre o vale de Arouca que atestam a sua importância ecológica e natural, considerando que este fértil rincão de terra teria atraído os povos desde a época romana, inicialmente refugiados nos seus castros sobre as montanhas e descendo, a pouco e pouco, para o vale, fundando as primeiras *villae* rurais. A humanização do território e a sua organização passa também pela construção de estruturas materiais significativas de e para uma determinada cultura, através da qual se possa realçar a presença de um povo num determinado contexto espaço-temporal.

Existe deste modo, um complexo e denso património arqueológico local (Brandão, 1957; Coelho, 1977: 21 e ss.; Silva, 1987: 3); segundo, o arqueólogo Fernando Silva, a distribuição espacial dos *tumuli* no actual concelho de Arouca, obedece também às características geomorfológicas do próprio território concelhio, onde os acidentes geológicos originam em alguns casos cotas com níveis superiores a 500 metros a Este, desenvolvendo um declive para Oeste, o que favorece a existência de inúmeras chãs e rechãs, locais que como veremos para a freguesia de Escariz, ocupam uma percentagem elevada nas implantações para os *tumuli* (Silva, 1994: 23).

Neste contexto ecológico a organização sócio-espacial do território arouquense, desenvolve-se e estrutura-se em torno destas construções graníticas de elevado sentido e significado simbólico-religioso para a construção e a definição de uma identidade local, onde os menires de Alvarenga (o “menir do monte do Senhor dos Aflitos”); e da serra da Freita (os “Três Irmãos”), e diversos *tumuli* da região, como que constituem os suportes materiais de um passado vivido e colectivo, determinante na construção de uma identidade paisagística diferenciadora e singular. A produção e a transformação da paisagem no território local, em torno da vila e do couro monástico de Arouca, estrutura-se também em função de um conjunto de culturas que funcionam como os ingredientes políticos e sociais do desenvolvimento de um processo histórico local com fortes singularidades. Estamos a falar da cultura castreja

¹ Por exemplo, ao longo do século XIX, a circunscrição administrativa deste concelho viu aumentar significativamente o seu território em consequência das reformas administrativas do século XIX, através dos decretos de 6 de Novembro de 1836, pelo qual a freguesia de Espiúncia, que até então fazia parte do concelho de Paiva, passa a integrar o concelho de Arouca; o decreto de 31 de Dezembro de 1845 e o decreto de 24 de Outubro de 1855.

e da cultura medieval personalizada no movimento monástico e no aparecimento de uma nova estética em torno das vilas e coutos monásticos.

O tempo dos Castros desde o limiar o I.º Milénio a.C., contribuiu para o aparecimento de uma nova organização estética da paisagem e do ordenamento do território. Estes recintos fortificados, segundo Susana Oliveira Jorge, desenvolveram uma monumentalidade cenográfica implantada em locais dominantes, que ainda hoje, quando os contemplamos na sua feição de memória patrimonial, sentimos a força do lugar dominante sobre a paisagem envolvente. Para Susana Oliveira Jorge, os recintos murados da Pré-História Recente, “*para além de apresentarem uma certa meta-regularidade formal, e de, a um nível muito geral, poderem ser lidos como os primeiros lugares comunitários construídos, sítios que congregaram populações agrárias numa fase precoce da sua elaboração identitária, estes lugares devem ter acumulado funções sociais extraordinariamente diversas nos seus respectivos contextos locais e regionais*” (Jorge, 2003: 14 e ss.).

Este movimento, vai segundo António Silva (1993: 14-15) provocar um conjunto de transformações sociais e económicas que originam alterações profundas na paisagem e nos próprios ritmos da vida local e regional. Estamos perante uma ocupação do território que privilegia o povoado de altura, instalado em cabeços com condições naturais de visibilidade e de defesa. O monte de S. João de Valinhas², próximo da vila e sobranceiro ao vale do rio Arda, aparece-nos como um dos locais onde é possível encontrar vestígios arqueológicos desta cultura castreja do noroeste peninsular. A filosofia de ocupação e de organização do espaço por estes povos prendia-se essencialmente com a segurança e a defesa militar (Silva, 1986: 18-19; 29-33) 3. Estes vestígios localizam-se nos altos dos montes, onde também se teria fixado, pelo menos de início o dominador romano, vindo depois lentamente a preferir ao espaço defensivo o de aproveitamento agrícola que as *vilae* das encostas e vales enquadravam. Aos possesores hispano-romanos devem ter-se sucedido os hispano-godos, como nos deixa entrever a profusão dos topónimos germânicos existentes nesta região de Arouca.

Ao longo dos séculos X e XII, independentemente das lutas e dos momentos de conflito entre muçulmanos e cristãos; entre linhagens terratenentes do entre Douro e Vouga (como por exemplo, os conflitos entre os senhores de Baião e de Arouca), os homens ligados à terra nesta região rural continuariam a arrotear terras e a fundar

² Actualmente já é possível distinguir duas áreas diferenciadas de ocupação. A primeira medieval, centrada no topo de um morro granítico tipo caos de blocos, onde ainda não foram efectuadas acções específicas de escavações, corresponde, pelo menos nos níveis superiores, a um pequeno castelo roqueiro. Trata-se da fortificação a que alude um documento de 1119, a propósito da Capela de São Tiago, «... *in Sancti Iacobi subtus castellum...*» mas que será possivelmente de fundação pré-românica, sendo constituído por um torreão rodeado de uma cerca (Silva, 1993:17 e ss.).

povoados e aldeias sob a protecção de um senhor laico ou religioso poderoso, que lhes garantia a protecção e a subsistência familiar³. José Mattoso ao estudar o problema do “*poder fundiário*”, conclui que «*nuns lugares é, tal como o homem de hoje imagina, a propriedade do solo, noutros, o patronato de igrejas ou mosteiros; nuns, a tenência de castelos, noutros, o exercício de poderes senhoriais*», e continua na defesa da sua tese, considerando que «*estas diversas formas locais de exercício do poder associam-se duas a duas: a das igrejas com a da terra e a dos castelos com a da senhoria*» (Mattoso, 1982: 75 e ss.). Trata-se de um período da nossa «*petit histoire*», em que se assiste à instalação e à organização de um poder senhorial emergente, associado às linhagens de nobres que apoiavam D. Afonso Henriques, senhores e ricas donas donatárias de mosteiros poderosos na região. Este poder emergente estrutura-se em função de uma excessiva e necessária liberalidade régia, como forma estruturante da ocupação e do povoamento deste território de Entre Douro e Vouga. Esta liberalidade régia pretende povoar o território “conquistado” aos muçulmanos, organizar uma complexa rede de poderes sociais, económicos e religiosos, em torno de grandes senhorios regionais, e tendo como base uma política de regalias e privilégios outorgados às Ordens Monásticas e Senhorios Laicos (Mattoso, 1982). Esta política de liberalidade régia, constitui-se num instrumento jurídico de valor administrativo, de pacificação do espaço regional, em torno destes senhores laicos, que se organizavam em torno de bandos hostis entre si; disputando desta forma as mais valias económicas, políticas e sociais da posse da Terra. O facto de existir um mosteiro no vale de Arouca, cuja fundação é anterior à nacionalidade, comprova que as instituições religiosas desempenharam uma acção importante na remota ocupação humana desta área e orientaram o repovoamento e colonização da terra conquistada aos mouros, desenvolveram a agricultura e foram um porto seguro para tempos incertos (Coelho, 1977: 21).

O senhorio monástico de Arouca foi organizando uma racional ocupação e exploração do espaço ecológico local e regional, de forma a desenvolver uma política agrária que possibilita-se a instalação de pequenos foreiros que arroteavam e trabalhavam as terras e posteriormente pagavam os dízimos à abadessa donatária do mosteiro de Arouca⁴; bem como definiram e estruturaram os primeiros alicerces para

³ Cfr. por exemplo, o *Livro de Rendas que mandou fazer D. Guiomar Mendes de Vasconcelos, abadessa do mosteiro de Arouca, respeitante ao século XIV*, onde se registam os diversos casais e a conseqüente estrutura de exploração económica, bem como a estrutura de parentesco e a conseqüente definição de obrigações de pagamento de foro ao respectivo senhorio monástico.

⁴ Por exemplo, Dona Mafalda, vai em 1229 (era de 1267) dar *Carta de Povoamento ao Burgo de Vila Meã*, e na qual se definem os critérios e os objectivos desta doação, a qual determina que «*admitam vinte e cinco homens (casais) que tenham onde fazer plantação de bachelos para vinha nova, sementeira de limho e cultivo de terra onde construam casas*» (Simões Júnior, 1959: 9-10).

a organização de um poder territorial, em torno da Carta de Couto do mosteiro de Arouca. As terras que pertenciam ao senhorio monástico de Arouca, eram entregues a pequenas famílias de grupos domésticos foreiros, que as cultivavam de forma a desenvolver e a aumentar a área de cultivo, garantindo assim, a formação e a organização de uma estrutura agrária local e regional, onde o modo de produção básico era o de exploração doméstica. Estas pequenas células de produção e de organização económica local funcionavam também como forças integradoras do homem na comunidade. Neste sentido, a fundação de ermidas, capelas, igrejas, em torno destes “casais e villas”, reforçam o sentimento de coesão e de integração sociais e desta forma contribuem para a construção de uma identidade de lugar, isto é, uma espécie de toponímia etno-folclórica.

No Cancioneiro de Arouca (1959), da autoria do etnomusicólogo Vergílio Pereira, vamos encontrar um número diversificado de registos etno-folclóricos com sabor regionalista e tonalidade local, plenos de bairrismo e significatividade sócio-linguística sobre a dimensão onírica e imagética de cada lugar. Estes registos denominados de corais em fabordão, traduzem de forma minimalista, ingénua e popular o quotidiano vivido por estes homens e mulheres que vivem no espaço rural, desde o alto das serras aos vales encravados e verdejantes da região. Estamos na presença de uma psicologia do lugar, fortemente territorializante, em virtude do seu forte apego ao lugar em que se nasceu, viveu e morreu.

Cada coral em fabordão dá-nos a conhecer as mais valias sócio-económicas de cada lugar, de cada local de residência em relação a outro lugar e a outro local. Encontramo-nos, na presença de uma taxonomia sócio-linguística comparativa de cada lugar ou aldeia – o “povo”. Esta carga simbólica do lugar está mitificada pelas vivências quotidianas e materializadas nestes corais em fabordão que vamos apresentar:

Aldeia não vale nada	Adeus, Senhora da Lapa!
Leirados val'um vintém;	Pequenina e airosa,
Ora bem, ora bem!	vem a gente de tão longe
Pena, vale um peso d'oiro,	Só p'ra ver tão linda rosa,
Só pelas moças que tem!	
Ora bem, ora bem!	

– Este fenómeno de toponímia, isto é, de amor à terra ou ao lugar, é evidente nestes breves apontamentos do património imaterial do concelho de Arouca: por exemplo, nesta canção “/ Meninas da Castanheira / Têm biquinhos com'a renda / Quem tem um amor bonito / Não pode ter melhor prenda. /; ou ainda nesta cantiga sobre as meninas do Picoto /Meninas do Picoto/ Arreiam a saia/ Ficam de saioto/.

As romarias e os romeiros vão contribuir para o aparecimento de um património etno-folclórico em função dos santos protectores que são venerados nas pequenas ermidas localizadas nos cumes dos montes ou mesmo no meio do povo destas aldeias perdidas na imensidão das serras e dos vales da região arouquense.

Assiste-se, ao processo de formação da identidade colectiva, que se articula em torno de um símbolo cultural – o nome de Arouca. Este processo articula-se em função de uma auto-concepção do grupo, em torno do «Nós-Outros». É o aparecimento de uma micro-sociedade territorial, com limites-fronteiras de tipo étnico, organizativo, histórico e idiomático. Estamos, perante fenómenos de inclusão e de exclusão dos indivíduos, em função de uma unidade sócio-cultural estruturada territorialmente –, *territorium arouca!*

Aquilino Ribeiro (1885-1963), o escritor que melhor compreendeu e interpretou as terras, as gentes e os bichos das nossas serras, escreve na sua *Geografia Sentimental* (1951), «*ainda havia sombra de manhã à beira das paredes, quando atravessei as serras que parecem estar ali de propósito a esconder os olhos maus daquele abençoado vale de Arouca*», o escritor etnólogo continua, «*não há duvida de que estas serranias têm um ar próprio, não sei se falacioso se atormentado, em todo o caso particularmente ibérico*», para mais adiante concluir «*quando se passa à vista dessas serranias, perfilhadas no horizonte, que tem o seu quê das monticulações dos formigueiros, cheias de povos, de passaredo, de bicheza humana e montesinha, toma-nos, da projecção de nossa pequenez sobre a imensidade e o mistério da distância, um sentimento que tanto pode ser de exaltar como de deprimir*» (Ribeiro, 1951: 10). O poeta Teixeira de Pascoaes, no seu livro de viagens *A Beira* descreve a Terra de Arouca com uma simplicidade e frieza poética. Vejamos, «*Paramos junto da memória de Arouca, antigo arco de pedra sob o qual repousou D. Mafalda, depois de morta. Esta princesa dos alvares matutinos da nossa Pátria é muito viva na imaginação popular. Está presente ainda nestes sítios como Inês na Fonte dos Amores*»; sobre a paisagem de Arouca o poeta atira certo. «*Abandonamos, enfim, a paisagem consagrada pelo espectro, seis vezes secular, duma princesa. Subimos as vertentes da montanha, que, muito além, se precipita em cantilhões de terra sobre o Douro*». (Pascoaes, 1994: 85). A Rainha Santa Mafalda, como refere o poeta Teixeira de Pascoaes, funciona como uma espécie de catalizador social, que vem reforçar a consciência de identidade social e cultural da terra e das gentes de Arouca. E nada melhor do que uma princesa e rainha santa!... Uma nova centralidade simbólica, uma nova jerarquização do território arouca se começa a configurar em torno da imagem e do culto da Rainha Santa.

O aparecimento do couro monástico e da vila de Arouca, (desde o período medieval) que estão associados ao fenómeno da existência de grandes casas e grandes linhagens, isto é, territórios sociais, marcados pela pertença a uma Família, do

mesmo sangue e da mesma Casa. No caso concreto de Arouca, temos o antigo Cenóbio beneditino de Arouca, que Dona Mafalda no século XII, passa para a Ordem de Cister. Uma Grande Casa Cisterciense que vai albergar as filhas da aristocracia da região e do país.

A organização do espaço ecológico local e a formação da paisagem na região de Arouca encontra-se ligada à tradição estética monástica, bem como ao poderio de grandes famílias locais de terratenentes que fundaram o mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, que mais tarde passaria para a ordem de Cister, pela influência da rainha santa Mafalda no século XII. A instituição monástica, ao longo dos tempos, foi tomando medidas para proteger e evitar a degradação ambiental dos montes e florestas locais⁵. O convento do mosteiro de Arouca, mais a sua abadessa, vão contribuir para a construção e a manutenção do uso deste espaço agrário de forma sustentada, recorrendo desta forma à «doação de cartas de povoamento, à realização de emprazamentos e escambos», a partir dos quais se pode definir um conjunto de prescrições que se estabelecem entre duas ou mais partes, e a partir delas se pode definir o modelo e a forma de ocupação e de exploração do espaço local⁶. Esta prática de legislar sobre a organização do espaço agrário local é ainda visível nos Acórdãos Camarários de Arouca, século XIX, através dos quais as instituições municipais definem um conjunto de medidas para a regulamentação do uso e da apropriação do património local. Assiste-se à regulamentação do património cinegético e piscícola até à forma como se utilizam as matas e as zonas de pastoreio pelos

⁵ Por exemplo, o *Paroquial Suevo* já fazia referência a Arouca como uma das paróquias constituintes da Diocese de Lamego, que «cerca do século VIII, em tempos visigóticos, devido à extensão da paróquia e à dificuldade de acesso a alguns dos seus lugares, ter-se-ia fragmentado e dado origem a duas novas paróquias, Santa Maria de Moldes e Santa Maria de Rossas» (Coelho, 1977: 7). A crescente ocupação do espaço justifica que no século VIII-IX, existissem já seis paróquias: S. Salvador de Várzea; S. Miguel de Urro; Santa Maria de Oliveira (actual freguesia de Tropeço); S. Pedro de Arouca; S. Salvador de Arouca e Santa Eulália de Arouca, que por volta de 1320 são de novo citadas no «rol das igrejas da diocese de Lamego que deviam dar as dizimas ao rei» (Coelho, 1977: 8). Assim, as aglomerações rurais mais antigas ir-se-iam fragmentando ou modificando os seus limites, acompanhando a mudança dos povos, com a sua densidade ou escassez.

⁶ A.N.T.T., *Livro de D. Maior Martins*, fols. 53v. e 54. Vide também de Manuel Rodrigues Simões Júnior (1950), «Couto de Arouca, um foral inédito dado ao Burgo de Vila Meã» in *Separata do Arquivo Distrital de Aveiro*, vol. XVI, pp. 6-9. Vide por exemplo Fernando Matos Rodrigues e António de Sousa Pedrosa (1999) «A organização social do espaço rural», in *Revista Cadernos ESAP* (F. Matos Rodrigues, direct.), Porto, ESAP/CESAP, n.º 2-3; bem como ainda o nosso estudo sobre a antropologia da paisagem e do território arouquense «A Dimensão Politécnica do Espaço Social Rural», publicado na *Revista Cadernos ESAP* (Fernando Matos Rodrigues, direct), Porto, ESAP, 1997, pp. 53-72. O historiador local e etnólogo Manuel Rodrigues Simões Júnior, médico local e arouquense foi dos primeiros a dedicar os seus estudos sobre os problemas da vida local; que vão desde as questões da história monástica; da etnografia e do folclore. Estudando numa época económica e politicamente complexa, os fenómenos da paisagem e dos recursos endógenos como por exemplo: a pesca, a caça, as águas, os gados e os bosques. Recolhendo e consultando os documentos locais e regionais de forma cuidada e com o máximo rigor na transcrição das fontes.

agentes locais. Estamos perante, a instalação de uma economia rural, onde o *saltus* e o *ager*, substituem gradualmente a *silva*.

Nas *Posturas Municipais do Concelho de Arouca*, para 21 de Abril de 1891, deparamo-nos com uma série de artigos sobre as prescrições, referentes à organização do espaço ecológico local; mais propriamente o *art.º 61 do cap.º X*, referente aos *Baldios Públicos*, onde se considera que «é proibido sob pena de 1\$000 réis a 4\$000 reis de multa: apropriar-se de qualquer porção de baldios municipaes ou outros logares públicos; extrahir delles terra, pedra, saibro ou qualquer outra cousa, ou causar-lhes d'algum modo qualquer damno; fazer n'elles qualquer edificação ou obras de qualquer natureza; roçar n'elles matto ou cortar lenha; apascentar n'elles gados que não pertençam aos moradores das freguezias respectivas ou do município»; bem como ainda é expressamente proibido «fazer deposito de mattos, madeiras, lenhas, pedras, entulhos ou estrumes nos baldios, que estiverem destinados para coadoros das fontes ou rios». A formação da paisagem no vale de Arouca obedece a um lento processo histórico, cujos motores iniciais, foram os senhores donatários e abadessa do mosteiro de Arouca, e posteriormente, também as Casas Grandes do Vale do Arda. Um lento e longo processo histórico de transformações paisagísticas e territoriais que vão desde a construção de açudes nas ribeiras, o traçar de levadas pelas encostas, o terracear os terrenos de melhor constituição pedológica e exposição solar, desde a construção de socalcos; plantam-se árvores e arbustos das espécies que asseguram maior rendimento energético, tais como o castanheiro, a oliveira, a nogueira. E nos sítios mais soalheiros de cada encosta, erguem-se os casebres para abrigo dos povos e dos seus gados, ao mesmo tempo que vão aparecendo por entre as paredes as redes de servidões⁷. São vários os documentos que nos atestam esta realidade, como por exemplo, o *Cartulário de D. Maior Martins*, século XIII, editado por Filomeno Silva (2001), os *Documentos Medievais Portugueses*, editados por Rui de Azevedo (1940), os *Portugalliae Monumenta Histórica* (1856; 1888; 1917), e as *Dissertações Chronológicas e Críticas*, de João

⁷ Sobre a necessidade de garantir um bom uso do solo e da gestão sustentável dos recursos naturais, é possível ver que na protecção dos montes de Tebilhão através de *Acórdão Camarário de 19 de Agosto de 1879*, já se estava também a garantir a sustentabilidade das aldeias que dependiam da criação de gado arouquês; como nos demonstra o documento quando determina de forma clara e inequívoca que «é proibido arrancar Torga nos montes do Videeiro e nas Corgas do monte Junqueiro e na área compreendida por uma linha que passando dali ao Seixo da Lampassa, direita à Lomba das Vermelhas e as Covas e Ponte de Rio de Frades». Mas é durante os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que vamos assistir a um verdadeiro ataque aos terrenos baldios ou terras comunais. A maior parte destes terrenos baldios foram anexados às propriedades das Casas Grandes do Vale de Arouca, fenómeno que leva à quase total destruição dos baldios, maninhos e bens dos concelhos pela reserva de mais de 300.000 hectares desses terrenos para florestação, sob a intervenção coerciva do Estado, com base na aplicação do Decreto-Lei n.º 27.207 de 16 de Novembro de 1936 (Cfr. Manuel Rodrigues, 1987: 20 e ss.).

Pedro Ribeiro (1813) e o nosso catálogo sobre os *Manuscritos de Arouca*, editado pela Câmara Municipal de Arouca em 1987. Todavia, uma leitura do Numeramento de 1527, comprova-nos, de igual modo, a antiguidade do nosso povoamento e mostramos que a ocupação humana se estendia a todo o concelho, embora fosse evidente o contraste entre certas áreas, onde se localizavam grande número de lugares e outras em que sucedia o contrário. Na actualidade existem no concelho cerca de 200 lugares que apresentam diferentes dimensões territoriais. A maior concentração da população ocorre num corredor que vai desde a vila de Arouca até ao fundo do vale, que fica na freguesia de Rossas. Neste corredor existem três núcleos populacionais muito fortes, a Vila de Arouca; o Burgo e Santo António. Deste modo, assiste-se, a profundas e irreparáveis transformações no corredor verde do vale do Arda, que produzem uma descaracterização paisagística e ambiental; isto é, a morfologia do território transforma-se, perdendo a identidade inicial, sofrendo também um processo de massificação territorial por via da construção indiscriminada por todo o vale. A expansão urbana, o consumo ilimitado de solo vivo pelos interesses económicos e respectivos especuladores do imobiliário, conduzem o espaço ecológico do vale de Arouca para uma irreversível situação de uniformidade e simplificação paisagística. Este fenómeno está directamente associado a uma perda de património agrícola e florestal por parte das Casas Grandes do Vale de Arouca; pois, nestas últimas décadas, assistimos a uma fragmentação da propriedade fundiária destas Casas Grandes. Em primeiro lugar, destacamos a fragmentação da propriedade fundiária da Casa Grande dos Malafaias, com a venda das terras para loteamentos urbanos e de construção particular, fenómeno que acompanha o crescimento e alargamento do perímetro urbano da vila de Arouca, que decorreu nas décadas de setenta e oitenta do século XX; depois, a fragmentação das propriedades da Casa Grande do Burgo e da Casa de Boco, a partir dos finais do século XX. Todas elas viram a sua área ficar restrita a pequenas cercas e jardins, perdendo toda a actividade económica e produtiva. Estas Casas Grandes transformaram-se em pequenas quintas de recreio e de turismo local. Resta-nos, a Casa Grande de Alvavaite, com os seus imponentes bosques e prados, em pleno coração do vale de Arouca. Mas, devido à incúria política, já vai sofrendo a pressão da construção por parte de particulares e empreiteiros, bem como da própria autarquia arouquense, com os novos arruamentos e acessibilidades. De salientar a nova avenida que traça uma perpendicular à Estrada Nacional, partindo do Mercado Municipal e passando nas traseiras do Cemitério da Vila de Arouca. Este monstro de betão e alcatrão, vai desaguar no fundo do vale. Um crime contra a paisagem e o património ambiental na vila de Arouca; e um crime contra a qualidade de vida para o século XXI (cf. European Landscape convention, Florence, 20 de October 2002).

2. CASAS GRANDES NA VILA DE AROUCA – PARENTESCO, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O mundo dos grandes proprietários locais, isto é, daqueles que habitam e desenvolvem a sua dinâmica sócio-económica e política em torno das Casas Grandes, é sem dúvida um mundo à parte, no que diz respeito à vida social, cultural e política local. Desde o nascimento ao casamento que tudo se faz, tudo se organiza no interior destes muros, destas cercas, que física e simbolicamente separam dois mundos, dois imaginários; de um lado o «mundo dos ricos, do outro lado o mundo dos pobres».

As Casas Grandes na Vila de Arouca não são obviamente todas iguais, nem têm todas a mesma importância no contexto económico, social e simbólico local. As Casas Grandes pela sua importância arquitectónica e cenográfica marcam o território local, e conferem-lhe uma identidade significativa em torno da sua monumentalidade. Estabelecendo uma relação de reciprocidade ecológica entre território e Casa Grande, isto é, a casa e o lugar, partilham da mesma memória e comungam do mesmo mandato histórico, o que lhes confere a mesma identidade⁸. Estamos na presença de elementos arquitectónicos que transcendem a sua dimensão material, isto é, funcionam como uma verdadeira gramática semântica ao serviço de uma memorização afectiva da qualificação semântica do habitat humano. Estamos, perante uma espécie de discurso semiótico, que define a arquitectura como «a arte de escrever num espaço». Sanchez Pérez, considera por exemplo, que «toda a configuración arquitectónica puede ser abordada desde una perspectiva sociocultural en tanto que plano significante. En modo alguno es la arquitectura solamente el resultado de factores materiales, por más que éstos juegan muy fuertemente como condicionantes, pues en todo diagrama espacial subyacen estructuras simbólicas que hacen referencia a modos de vivir y de entender la realidad, a la que, a sua vez, también conforman» (1993:12-13). As Casas Grandes de Arouca são, um topos arquitectónico importante, isto é, uma espécie de monumento topo-ecológico pela associação que estabelece entre monumento e memória do lugar. Na Vila de Arouca, temos vários exemplos, que nos atestam este fenómeno: temos por exemplo, a Casa de Alhavaite; a Casa da

⁸ Sobre as questões da memória, desde a sua construção à sua manipulação, vamos encontrar uma reflexão teórica elaborada por Connerton (1993), em torno da importância da memória individual e colectiva; Augé (1996) e também em Shaw (1996) que se inspira em Bourdieu (1977). Todavia, para Albawachs (1994) a memória colectiva é estruturada em torno da temporalidade e da dialéctica da história e da eternidade. Ainda sobre o fenómeno da memória individual e colectiva, essencialmente sobre a forma como ela se transmite e conserva, Connerton refere-nos que «no que diz respeito, em particular, à memória social, constatamos que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente» (1993: 86-87), concluindo que todas as cerimónias comemorativas têm implícito uma memória performativa.

Lavandeira; a Casa de Eiriz; a Casa do Burgo; a Casa do Boco; a Casa do Milhaço; a Casa de S. Pedro; entre outras⁹.

O nome da Casa e da Família é fundamental para a classificação do indivíduo na estrutura social e política local, como é também um elemento importante da identidade e da memória familiar¹⁰. A reprodução social de um grupo doméstico depende também das formas de gestão e de conservação do património simbólico e material de cada casa e da maneira como se faz a gestão e a manipulação da memória familiar. A este propósito é paradigmática a posição de Contreras sobre a importância social da memória, em torno de uma linhagem, bem como da forma como se manipula a memória. Sobre o processo de fabricação de uma memória Iturra (1991) considera que o «*sistema de reprodução humana é heterogéneo em relação à sua composição e ao modo de recrutar os seus membros, segue e faz do grupo doméstico uma instituição mutável no decorrer do tempo e – que a sua construção não é objectivo central de um grupo humano que investe mais energia na construção de uma memória que lhe permite manter, por um lado, o sistema conjunturalmente e, por outro, o sistema classificatório que lhe dá acesso à diferente estruturação da reprodução humana*» (1991: 194).

A dinâmica identitária das Casas e dos Grupos Domésticos, desenvolve-se dentro de processos de socialização de acordo com as coordenadas do espaço-tempo, fundamentais para definição da Casa e do Grupo Doméstico. Ao redor de cada Casa e Grupo Doméstico se definem papéis e posições e se expressam valores. A construção de uma identidade em torno da Casa e do Grupo Doméstico, visa essencialmente a valorização de uma memória capaz de recriar o passado de forma a actuar

⁹ Sobre a realidade simbólico-ideológica da arquitectura, vale a pena reflectir e analisar esta problemática em torno da semiótica da arquitectura com base no livro de Umberto Eco, *As Formas do Conteúdo*. Por exemplo, Roland Barthes (cfr. "Rhétorique de l'image" in *Communications*, 4, 1964) dizia que todo o uso se transforma em signo, no momento em que este adquire um carácter social, isto é, todo o ordenamento espacial tem que adoptar os códigos necessários para que possa ser utilizado. Caso contrário, perde funcionalidade e, por conseguinte, sentido. Ainda, neste enquadramento semiótico da casa, Francisco Sánchez Pérez, considera que «*de esta manera, si bien la familia se concibe y representa a sí misma a través del discurso arquitectónico como nexo de transición entre el estado de naturaleza y el de cultura, al mismo tiempo deja constancia en el mismo discurso de su mayor adscripción al segundo que al primero. Aunque no niega su substrato biológico haciéndolo formar parte de su propia identidad, se aleja al máximo de él, colocándolo en el punto opuesto al espacio social, que aparece integrado en la calle*» (1993: 19).

¹⁰ Na Carta de Brasão de Armas, outorgada a Bernardino Vaz Pinto da Casa Grande do Burgo, é perfeitamente visível toda uma estratégia em torno da honra, prestígio e nome da família; de tal forma, que estas famílias, utilizam um conjunto complexo de estratégias que visam a manutenção e a glorificação do seu nome. Marc Abeles (1977: 10 e ss.), considera por exemplo a «*estratégia matrimonial como lugar do político*», isto é, nas organizações de forte territorialidade, os laços de parentesco definem e configuram a estrutura social e política. Para Marc Abeles, o parentesco, a aliança, a sucessão apresentam-se como a «*unidade básica a partir da qual se manifesta toda a rede social*». O lugar, isto é, os direitos: mecanismo de sucessão, o parentesco é a matriz de todas as outras relações sociais (1977: 17).

sobre o presente e a projectar-se no futuro. A elaboração de uma memória social em torno da Casa Grande fortalece e valoriza a Casa como um lugar; um lugar da própria Casa, ou lugar da identidade partilhada, enquanto lugar comum para aqueles que habitando-a juntos, são identificados como tais por aqueles que não a habitam. Neste sentido, Augé (1989: 144-45) considera que as casas se distinguem umas das outras como os corpos humanos, de tal forma que *«nous pouvons imaginer qu'un coeur d'ange puisse se dissimuler dans un corps de bête et soupçonner sous les apparences de la laideur la beauté des sentiments ou l'acuité de l'intelligence, autant nous aurions du mal à concevoir que l'agressive somptuosité d'une résidence, la modestie étudié d'une chaumière ou la banalité confortable d'un pavillon ne nous parlent pas davantage de leur propriétaire que son por de tête, son embon point ou le son de sa voix. Il peut aussi en avoir hérité, comme de son corps et, dans une certaine mesure, de son caractère. Mais s'il reste fidèle à l'héritage, c'est qu'il le revendique et s'y identifie»*, e conclui afirmando-nos que a Casa está associada a um conjunto de metáforas que a identificam e a individualizam das restantes, de tal forma que *«temps de la pierre, de l'ardoise ou do torchis, ensuite: la maison a sa durée propre, où les hommes peuvent trouver un symbole de résistance et de continuité, sa vie propre, que peut être menacée. Temps de l'histoire, on l'a vu, qu'expriment un style, une couleur regionale, un vocabulaire et l'évidence des fonctions perdues»* (Augé, 1989: 170-71). Existe aqui, um apontamento que nos parece importante, pelo simples facto do autor estabelecer uma relação entre «Grande Família, Grande Casa», ou ainda «Casa Grande e Lugar»; isto é, a Casa como um símbolo de uma linhagem. Estes termos designam simultaneamente a natureza material e a presença da Casa, a partir da qual é possível a construção de um lugar e de um símbolo que identifiquem uma Casa, uma Família e respectivamente um Lugar. Este fenómeno é perfeitamente visível nas Casas Brasonadas da Vila de Arouca. O brasão aparece-nos como um elemento exterior identificativo do valor simbólico e social da linhagem que habita e pertence a esta Casa Grande. Temos os exemplos da Casa de Eiriz, localizada no lugar de Eiriz, freguesia do S. Salvador do Burgo, edifício em granito do século XVIII, mandado construir por Diogo Leite Cabral Tavares, o brasão tem no conjunto escudo francês, elmo aberto voltado à direita, composição esquartelada dos Tavares, Teixeiras, Cabrais e Castelbranco; a Casa do Burgo, localizada na antiga vila meã do Burgo, edifício em U com pátio aberto à rua, com portão monumental, construída em granito no século XIX, brasão com conjunto de escudo francês, elmo aberto voltado à direita, composição esquartelada de Barbosas, Teixeiras, Pintos e Fonecas; Casa Grande dos Malafaias, localizada na antiga rua d'Arca (actual rua Drº Figueiredo Sobrinho), edifício com dois volumes que se integram horizontalmente na organicidade da velha e tortuosa rua d'Arca, a relação entre estes dois corpos é estabelecida por um pátio, que dá acesso aos quintais, e jardins,

bem como ao piso superior do solar através de um escadório exterior em granito, o edifício remata em cada uma das extremidades com funcionalidades distintas, no corpo mais vocacionado para alpendre, e celeiraria, temos uma entrada de acesso aos carros de animais e de serviços agrícolas; no corpo do solar propriamente dito, temos a habitação com os salões em tecto de maçeira, os quartos de dormir, e a capela que tem acesso pelo interior do piso da habitação e pela porta principal que dá para a rua d'Arca. Edifício datado do século XVII, tem brasão com conjunto de escudo francês, elmo aberto voltado à direita, de composição esquartelada de Malafaias, Pereiras, Mascarenhas e Castros (cfr. Simões Júnior, 1959: 54-57). A Casa Grande destaca-se geralmente pela sua imponente massa arquitectónica, impondo-se à admiração de todo o turista que passa nas proximidades da sua implantação. A Casa Grande não é uma casa vulgar, pois trata-se de uma casa de aspecto senhorial, "rica de labores de cantaria" que revelam bem o nível artístico do mestre pedreiro. Formada, geralmente de um só corpo, de rés-do-chão e um piso, com capela, com frontaria, varanda com balaústres e na linha do beiral, bastante saliente, ergue-se a meio, em alto arco, cravado a pedra de armas. Algumas destas casas possuem elegantes portais, janelas emolduradas com rendilhados estilizados, frontarias de rara beleza. A sua grandiosidade está também associada ao magnífico portão que dá para um vasto terreiro, cercado por um muro e respectiva cerca. No interior da cerca vamos encontrar pequenas fontes, jardins, árvores centenárias como tílias, carvalhas, acácias e plátanos. A partir do terreiro temos geralmente acesso a um pátio, que nos leva para a zona dos serviços e trabalhos domésticos, e é a partir daqui que vamos ter acesso à cozinha, ao quintal e ao quinteiro onde estão os animais domésticos (galinhas, patos, gansos, porcos, coelhos, aves de caça), e os pastos. A Casa de Boco é um exemplo da tipologia de Casa Grande, pois, aí é possível encontrar todas estas dependências que caracterizam este tipo de morfologia arquitectónica. A Casa de Boco, é um exemplo de tipologia de Casa Grande, quer pelo seu valor e significado cenográfico, quer também pela monumentalidade da sua massa e volumetria arquitectónica. A monumentalidade da sua implantação sobranceira à vila de Arouca, confere-lhe uma identidade arquitectónica de elevado valor cenográfico, mas é, em termos de identidade familiar que estamos perante uma marca de elevado significado social nos contextos locais e regionais (Rodrigues, 1999).

As Casas Grandes surgem-nos integradas em complexos processos de elaboração de memória, baseada na experiência e na existência de um passado vivido e sentido, como momento grandioso de uma linhagem, onde o direito à memória se configura como uma virtude dos estratos sociais mais poderosos, ou pelo menos, com um sentido histórico de casa e família. A memória aparece-nos como um instrumento de reconstrução e de projecção de um passado real ou imaginado de uma

família, em função de um projecto comum¹¹. As Casas Grandes denotam uma grande capacidade de simbolizar e de experienciar as mais diversas emoções: grandeza, poder, longevidade, honorabilidade, linhagem, memória e identidade. A arquitectura adquire forma de linguagem social e como tal denota significados sócio-culturais e ideológicos que identificam e reclassificam classes e grupos sociais diferenciados. A dimensão simbólica de um solar, de um palácio diferencia-se substancialmente de uma pequena «choupana de um cavador»; ambos possuem um determinado e específico valor simbólico no contexto de um discurso social local. Sobre a problemática do campo das relações de força simbólica e respectiva distribuição ou repartição social do capital simbólico, refere Martins (1995: 16) que são «*as relações de força*

¹¹ A.H.M.A., 1816-1827 – *Livro de Registos da Câmara de Arouca*, fols. 43v. – 44. Vide por exemplo, o registo do decreto de Comendador Honorário da Ordem de Cristo de João Manuel Alexandrino de Vasconcelos, que foi nomeado pela senhora Infanta Dona Isabel Maria, em 20 de Junho de 1826. Refere o documento que a mercê de habito de cristo de Silvino Brandão de Vasconcelos da Casa de Alhavaite, filho de João Manuel Alexandrino de Vasconcelos «há por bem fazer-lhe mercê alem de outra do habito da Ordem de Christo para seu filho Silvino de Vasconcelos». Neste mesmo códice manuscrito, encadernado a carneira, mais propriamente nos fólhos 17 e 17v., aparece-nos um registo sobre o «*padrão d'armas do capitam mor*» deste *concelho*, Bernardino António Teixeira Vaz Pinto, da Casa de Milhaço, que reza o seguinte conteúdo «*Faço saber aos que esta minha Carta de Brasão d'Armas de Nobreza e Fidalguia, virem que Benardino António Teixeira Vaz Pinto, capitam mor das ordenanças do concelho de Arouca me fez petição dizendo que pella sentença de justificação de sua Nobreza a ella junta*», e mais adiante apresenta a justificação do seu pedido, através da prova de antiguidade na sua linhagem e a sua ligação à fidalguia da região, «*he filho legitimo do Doutor Gaspar José Teixeira Pinto, e de sua mulher Donna Luiza Thareza Angélica Brandam Neto, por parte paterna de Manoel Teixeira José e de sua moçher Donna Maria Barera Clara e por parte materna do Doutor Domingos Teixeira Brandam e de sua mulher Antónia de Pinho e que os referidos seos pães e avós sam pessoas nobres das Famillias de Teixeiras e Pintos e como teres se tratariam sempre a li da Nobreza com criados e caballos sem que em tempo algum cometessem crime de Leze Majestade Devina ou Humana pello que me pedia elle suplicante por mercê que përa a memoria de seos Progenitores se não perder e clareza de sua Antiga Nobreza lhe mandasse dar minha Carta de Brazam de Armas das ditas familias përa delas também usar na forma que as trouxeram e foram concedidas aos ditos seos Progenitores*». O mesmo registo contem a descrição do brasão de armas, declarando que este é constituído por «*hum escudo partido...na primeira as armas dos Teixeiras que sam corvo em campo azul huma cruz de ouro potenteada e vazia e na segunda a dos Pintos que sam campo de prata sinco crecentes e sanguinhos com as pontas përa cima postos em Santo Elmo de prata aberto grenalda de ouro per quifes dos metais cores das armas timbre dos Teixeiras que he hum unicórnio de prata cromado de ouro na cinta e por deferência huma... de prata com hum trifolio verde*». Este exemplo, permite-nos verificar a importância da defesa da honorabilidade e do bom nome da linhagem. Esta Carta de Brasão, é mais um elemento para a compreensão do valor simbólico da família e da casa. O brasão enquanto símbolo de identidade de uma linhagem, funciona como um crédito, isto é, uma «*espèce d'avance, d'excompte, de créance, que la croyance du groupe peut seule accorder à ceux qui lui donnent le plus de garanties matérielles et symboliques*» (Cf. Bourdieu, 1980: 203-4). Segundo Sobral (1994: 332-334) é no grupo social da aristocracia local, que se assiste a uma forte relação entre «*parentesco, memória e representação*», salientando mesmo que a «*aristocracia, pelo acento colocado na identidade representada pelos antepassados, com uma ênfase na agnação (a "varonia")*, é um grupo onde a recordação dos laços do parentesco, registada em instrumentos apropriados – as genealogias –, fundamento do próprio prestígio da pertença, são especialmente sublinhados». Ver também o livro da autoria do sociólogo António Meixeiro Fernandes sobre «*Memória e Identidade em Comunidade Autárquica*, editado pela Câmara Municipal de Arouca, no ano de 2002.

simbólica que tornam eficaz ou performativo um discurso. Essa a razão por que a questão do sentido sofre uma deslocação: o que é pertinente são as noções de valor e de poder do discurso». Estas Casas vão ao longo dos séculos, exercitando a memória em torno dos seus antepassados ou da relação entre Casa e a própria identidade do espaço social. Neste sentido, Connerton (1993) refere que a memória pode ser trabalhada, isto é, exercitada a nível individual, grupal e colectivo de maneira explícita ou através de processos indirectos.

Este fenómeno é visível, por exemplo, na grandiosidade do Solar dos Malafaias, do século XVII-XVIII, propriedade de Dona Albina Seabra Amorim, solteira, residente na cidade do Porto; no Solar dos Vaz Pintos, propriedade do Dr^o Alfredo Vaz Pinto, banqueiro e residente em Lisboa / Estoril; na Quinta de Boco, propriedade da família Queiroz Ribeiro, mais propriamente na pessoa do senhor Engenheiro Ernesto Kopcke Querós Ribeiro, e na Casa de Alhavaite, propriedade do Dr^o Albino Brandão de Vasconcelos¹². Estas Casas Grandes estruturam e configuram um mundo à parte,

¹² Por exemplo, a família Vaz Pinto das Casas Novas do Burgo, vai através de alianças matrimoniais estabelecer uma rede de solidariedades e de complicitades sociais com as outras Casas Grandes de Arouca; por exemplo, uma Brito e Sousa, da Casa da Corredoura vai casar com o Doutor José Augusto Vaz da Fonseca Pinto; o Doutor Adriano Vaz Pinto, casa na Casa do Boco com uma Rocha e Melo, que era oriunda da Casa Grande da rua d'Arca, dos Ferreira Pintos e Alcoforados. Estas alianças matrimoniais permitem-nos descodificar as estratégias de alianças e quais as redes existentes entre estas Casas Grandes, bem como elaborar um quadro mental de troca e partilha de homens e mulheres que casam em função dos interesses sociais, económicos e políticos próprios de uma aristocracia local, daí a expressão de «*casar bem*», isto é, contrair matrimónio dentro do mesmo grupo social ou «*casar acima*». Existe, uma clara relação entre os níveis de fortuna e a estrutura patrimonial na vila de Arouca. Todas as Casas Grandes, estabelecem e definem um conjunto de regras, códigos e estratégias matrimoniais em função da conservação e da ampliação do capital material e simbólico da família. A distribuição de riqueza, sistemas de estratificação e acesso aos recursos produtivos, estruturam e configuram as diferenças de riqueza. A configuração das estruturas patrimoniais está intimamente ligada aos recursos materiais e simbólicos de cada Casa, de cada Linhagem. Para Rocha (1991: 651) a forma como os patrimónios individuais se encontram constituídos «*permite-nos avançar na compreensão das características dos diferentes grupos sociais, nomeadamente ao procurarmos a relação entre a variação no nível de riqueza e a composição do património*»; ainda para este autor a «*questão será agora a de saber se a estrutura dos seus patrimónios é diferente consoante o posicionamento na escala de riqueza. Por outro lado, é necessário procurar no interior de níveis de fortuna semelhante as eventuais relações existentes entre a estrutura patrimonial e a actividade económica desempenhada*» (Rocha, 1991: 635 e ss.). Nas Casas Grandes da Vila de Arouca, até aos finais do século XIX, e mesmo inícios do século XX, a partilha da propriedade e dos respectivos patrimónios familiares, ainda não é realizada de forma igualitária entre os herdeiros, isto é, as famílias das Casas Grandes, e mesmo os chamados médios e pequenos proprietários locais, continuam a doar a propriedade familiar, segundo uma lógica de um só herdeiro – o beneficiado, estratégia que procura evitar a fragmentação e a destruição do património familiar. Sobre a herança favorecida Brandão (1991) levanta a seguinte questão «*o regime legal da propriedade e herança não confere ao filho favorecido a totalidade dos bens do casal. A isso se opõem a obrigatoriedade de dar satisfação aos direitos que os restantes filhos têm sobre a herança dos pais, por um lado, e o cuidado posto por estes últimos em não deixar que o grau de desigualdade entre filho favorecido e os filhos não favorecidos*» (Brandão, 1991: 625 e ss.), ver também “Município de Arouca (subsídios para a sua História)” de Alberto de Pinho Gonçalves, editado pela Associação da Defesa do Património Arouquense, em 2002. Neste livro encontramos reunido de forma positivista um conjunto variado e rico de informações sobre a vida política e administrativa da Vila de Arouca, desde o século XVIII ao XX.

distinto quer materialmente, quer socialmente do mundo das camadas populares. É fácil de compreender a placa de bronze que esta colada à parede do portão de entrada para o pátio interior da Casa de Boco, onde se pode ler «*Nesta Casa foi recebido Sua Excelência o Presidente da Republica Portuguesa Doutor Jorge Sampaio, com sua Esposa D. Ritta Sampaio, em visita ao concelho de Arouca, no Ano de 1999*». Assim, Casa de nobres fidalgos recebe o representante máximo da Republica Portuguesa, laico e socialista, ironia do destino!.. Aqui começa a diferenciação social, com tratamento e organização de espaços sociais e políticos distintos. Durante uma das muitas visitas à Casa de Boco, para recolher informação sobre a família, pode constatar a forma como os filhos do Barão Kopke Queirós Ribeiro falavam sobre os seus antepassados ilustres. Dando-me a entender como conheciam bem “la petit histoire” da família Queirós Ribeiro. Por exemplo, o filho mais velho do Barão Ernesto Kopcke Queirós Ribeiro, o Engenheiro Gaspar Queirós Ribeiro foi desenhando a Árvore Genealógica da Família, o arquitecto Manuel Queirós Ribeiro, o mais novo dos irmãos fez o levantamento da Casa de Boco e projectou algumas alterações para aí fazer turismo de habitação a partir da década de oitenta. Aliás, este processo já tinha sido iniciado pelo seu irmão, o escultor Alfredo Queirós Ribeiro, que desenhou e concebeu a escultura para o pátio central da Casa de Boco, que funciona como uma fonte, coberta de eras, de onde brota um pequeno espelho de água, um apontamento artístico de grande expressividade poética.

Ao estudarmos as Casas Grandes da Vila de Arouca, verificamos que estávamos perante um universo familiar e patrimonial distinto, isto é, cada Casa, cada Família possui patrimónios simbólicos e materiais diferenciados. Estas diferenciações sociais e económicas traduzem-se também em trajectos sociais distintos (Bourdieu, 1982; Silva, 1990; Sobral, 1999; Rodrigues e Marques, 2004) a partir dos quais é possível reconstruir a estrutura mental e ideológica subjacente a cada uma destas Grandes Casas. A Casa de Boco vai por exemplo, orientar os seus filhos para os estudos universitários. Os seus filhos entram para as universidades portuguesas, inscrevem-se nos cursos de direito, medicina, engenharia, arquitectura, escultura e teologia. Desde o século XVIII que à Casa de Boco manda os seus filhos mais novos para a universidade de Coimbra, o que demonstra como o capital cultural em torno da escola é valorizado por estas antigas casas. A importância em possuir também um património cultural e académico superior que lhes possibilita-se o acesso à carreira política, liberal e aos altos cargos da gestão pública, financeira e religiosa¹³. Estas

¹³ Cfr. por exemplo, os *Estatutos da Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca*, onde nos aparecem como fundadores desta ilustre instituição religiosa local, as famílias mais importantes da vila e concelho de Arouca, isto é, a maior parte das Casas Grandes de Arouca fazem-se aí representar pelos seus ilustres representantes. A partir dos *Estatutos da Real Irmandade*, instituída em Arouca, aos 10 de Julho de 1886, se pode constatar que aparecem como fundadores: António Teixeira Brandão de Vasconcelos, adminis-

trador do Concelho; Jerónimo Gomes do Vale Quaresma, vereador servindo de Presidente da Câmara; José Narciso Soares Correia Teles, vereador; Custódio Pereira de Brito; José Teixeira Brandão de Vasconcelos; Joaquim Leite Cabral Menezes Castelo Branco, 40 maior contribuinte; António Ferreira do Vale Quaresma, 40 maior contribuinte; José Augusto Vaz da Fonseca Pinto, advogado e 40 maior contribuinte; Alfredo de Mello Vaz Pinto, recebedor da comarca; Manuel Duarte Soares Valente Peres, 40 maior contribuinte; Manuel de Sousa Brito, 40 maior contribuinte; Ignácio Teixeira Brandão de Vasconcelos, bacharel formado; Veríssimo Albino Teixeira Vaz Pinto, 40 maior contribuinte. Estamos, perante uma prática habitual de organização social, onde as famílias poderosas a nível local, isto é, os representantes das Casas Grandes do Vale de Arouca, utilizam estes mecanismos como instrumentos de consolidação das redes sociais, religiosas e políticas, cuja função é manter um certo equilíbrio que permita conseguir a reprodução do status e do grupo de poder nas esferas locais. Assim, as elites locais ocupavam os lugares mais importantes da vida política e social local, como se pode verificar a partir destes simples apontamentos: António Teixeira Brandão de Vasconcelos, casado, proprietário de 51 anos de idade, morador na Casa de Alhavaite, antigo presidente da Câmara Municipal de Arouca, ano de 1887; Adriano Carlos Pereira Vaz Pinto, bacharel, casado, proprietário de 27 anos de idade, natural da Quinta de Boco, membro da vereação da Câmara Municipal de Arouca, ano de 1883; José Augusto Vaz da Fonseca Pinto, bacharel, casado, proprietário de 55 anos de idade, natural da Quinta de Boco, ano de 1884. Manuel Carlos Silva (1988: 336), num estudo que realizou para a Região do Minho, constatou que os representantes das Casas Grandes ocupavam os lugares de beneméritos nas instituições religiosas locais, como por exemplo: as Misericórdias, as Confrarias e as Irmandades numa lógica de defesa do status quo. Para este autor, *«ainda no quadro rural e em consonância com o espírito corporativo e paternalista da ideologia conservadora católica – assumida posteriormente pelo Estado Novo, por exemplo, nas Casas do Povo – a acção de beneficiência, em busca de maior prestígio, por parte dos mais providos em favor da colectividade, bem como a voluntária assunção de uma função de socorro para com os mais pobres, não só eram passíveis de reverter-se em vantagens económicas para os beneméritos, como constituíam, além de amortecedores políticos das contradições sociais locais, importantes peças do processo de reprodução do statu quo»* (Silva, 1988: 336). Para Francisco Chacón Jiménez (1995:88 e ss.) as linhagens, as famílias e os parentescos constituem poderosas relações clientelares, numa estrutura social vertical. Para este autor, *«los sistemas de transmisión reflejan algo más que una determinada manera y reglas de traspasar a la generación siguiente los bienes y propiedades de una familia. Hay un sustrato ideológico, una concepción de la autoridad y una jerarquía familiar que a través de las prácticas de herencia y del concepto de paterfamilias derivará en la pertenencia a un grupo o linaje»* (Chacón Jiménez, 1995: 88). O sangue, a linhagem e o clientelismo constituíram na nossa sociedade, factores de articulação e de reprodução social. Por exemplo, no testamento que faz Dona Maria do Carmo Pinto de Brito, em 9 de Novembro de 1893, proprietária da Casa Grande e Quinta da Corredoura, sita na freguesia de S. Bartolomeu de Arouca, viúva e sem descendentes nem ascendentes, dispõe dos seus bens da forma seguinte *«deixo a meu afilhado Álvaro de Miranda Pinto de Vasconcelos, filho de Augusto Ernesto Miranda e Oliveira, actualmente estudante na Universidade de Coimbra, o meu campo da Redonda, sito nas lavouras de Arieiro, e mais lhe deixo a Devesa d'Além, sita nos limites do lugar de Penço»*, vai também dotar as suas afilhadas Dona Ignêz e Dona Maria, filhas do falecido Doutor António Teixeira de Brito, da Casa Grande da Lavandeira, da freguesia de S. Bartolomeu de Arouca, *«as minhas propriedades chamadas o Campo da ribeira de Romariz, o olival da Costa, nos limites da Aborrida, e o Souto do Rabito nos montados de Romariz»*, vai também dotar *«os três menores filhos de Albina solteira, filha de Ignacio de Sousa, do lugar da Palla, desta freguesia, o meu Olival de Palla e o foro de meio alqueire ou os correspondentes litros de trigo, e uma galinha que me pagam Januário Fernandes e mulher do mesmo lugar»*. A mesma testadora vai também dotar o seu sobrinho e afilhado Alfredo de Mello Vaz Pinto, solteiro, da Casa Grande de Bóco, da freguesia desta vila, *«o meu campo do Ferrador, sito nas lavouras de villa nova»*; vai também dotar a sua afilhada Maria Cândida, *«filha de meu cunhado Maximiano Augusto Vaz Pinto, que foi do Milhaço, quando ela completar a idade de vinte e um anos, com a quantia de duzentos mil reis»*, termina o testamento declarando que *«deixo os restantes meus bens de toda e qualquer natureza e situação a minha sobrinha Dona Maria Angelina Grosnmel Calheiros, viúva, de Ponte da Barca, e filha de meu falecido cunhado Doutor José Augusto Vaz da Fonseca Pinto a qual instituo por minha universal herdeira dos referidos restantes bens, como a obrigação de me fazer o meu funeral e bens de alma»*, Livro de Registos de Testamentos de 1891-1895, n.º 43, fols. 11 e 15. A fundação da Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, em 1886 vem na continuidade das celebrações e festividades religiosas e culto à Rainha Santa na vila e mosteiro de

Casas Grandes da Vila de Arouca estão também associadas às instituições de natureza religiosa, como por exemplo, Irmandades; Confrarias e Misericórdia de Arouca. Segundo, Enrique Luque (1996) a expressão mais real do poder político em zonas rurais, processa-se através das relações de caciquismo, de clientelismo e de parentesco; mas a política local, também aparece mascarada com a roupagem da participação das famílias das Casas Grandes nas associações religiosas. Contudo, convém referir que este fenómeno não é da exclusividade das Casas Grandes; pois, na sociedade local, os membros das Casas Pequenas e Médias, “lutam” também entre eles pela disputa de um lugar nestas instituições religiosas. Uma forma de reclassificação social, por parte dos grupos sociais emergentes, bem como uma forma de participar na distribuição dos benefícios materiais e simbólicos daí inerentes. Para as Casas Grandes a participação na organização e gestão das instituições locais de natureza religiosa, é uma espécie de instrumento eficaz de conservação e de utilização de um poder difuso, determinante na definição da estrutura da sociedade local e regional. Estamos perante fenómenos “holístico” de representação e de ritualização da sociedade, uma espécie de “potlatch” local, onde se definem as regras do jogo social em função da manipulação do poder. Para a antropóloga Maria Cátedra, «*La Iglesia fue y es una institución compleja, con todo tipo de gradaciones desde o local a la universalidad, con varios discursos y no un solo bloque compacto con una sola voz. No hay duda que el elemento normativo en la Iglesia Católica es firme y fuerte,...*» (1998: 70).

Na Casa Grande de Boco e Família Queirós Ribeiro, vamos encontrar ao longo da sua história conselheiros do rei, ministros, secretários de estado durante o Estado Novo, embaixadores, professores universitários, banqueiros, empresários, proprietários, cónegos, etc. Uma família que através das mais diversas estratégias e alianças

Arouca. Aliás, como refere D. Domingos de Pinho Brandão, na *Introdução às Memórias Para a Vida da Beata Mafalda*, «em 3 de Julho d 1886 faleceu a última freira e abadessa do Convento de Arouca, Dona Maria José de Gouveia Tovar de Lemos. Com essa morte extinguiu-se o Convento. Os arouquenses ciosos do culto da Beata Mafalda, do arranjo da igreja conventual e dos valores da igreja e do Convento, tinham pensado em criar uma Instituição que promovesse o culto à Rainha Santa e à qual viesse a ser confiada a guarda do recheio litúrgico e artístico da Igreja e Convento» (Brandão, 1986: 7 e ss.). Estamos na presença da consagração e entronização de uma Rainha Santa, a partir da sua história de vida e do seu simbolismo régio e monástico; a Rainha Santa «padroeira e benfeitora dos que sofrem e padecem de alguma moléstia» que tem contribuído para reforçar os segmentos da manutenção da ordem social a nível local. Esta realidade impôs-se de forma tão radical, que vimos a festa do padroeiro – o São Bartolomeu de Arouca, ser substituído e secundarizado pelas festividades e cerimónias litúrgicas da festa da Rainha Santa. Para isto contribuiu o investimento político, económico e social da abadessa e freiras do Convento de Arouca ao longo do século XVII e XVIII. A antiga Igreja românica de S. Bartolomeu de Arouca é mesmo demolida nos finais do século XIX, e o culto religioso passa para a Igreja Conventual do Mosteiro Cisterciense de Arouca. O Patrono da Vila de Arouca é destronado e substituído pela Imagem Santa da Rainha Mafalda, sepultada no interior da Igreja Conventual. O Santo Padroeiro, transforma-se, deste modo, num culto popular e local, um pouco passado de moda, isto é, um santo “folclórico”, milagreiro e periférico. Sobre esta problemática veja o excelente estudo de Maria Cátedra (1998) “La invención de un santo: política, historia y simbolismo en Castilla”.

matrimoniais, se liga às famílias e casas mais poderosas de Portugal. Os Queirós Ribeiros da Casa de Boco estão também ligados às grandes casas patrimoniais da vila de Arouca, através dos laços de parentesco por via de casamento, neste sentido podemos referir as seguintes casas grandes: Casa Grande da rua d'Arca da família Ferreira Pinto; a Casa de Ronde da Família Brito e Sousa¹⁴. Estas Casas Grandes dominam o aparelho político, económico e social da Vila de Arouca desde os finais do século XVIII, mas é sobretudo com o encerramento do mosteiro de Arouca e a venda em «hasta pública» do seu património, que estas casas ainda reforçam mais o seu poder na vila e terra de Arouca. A terra agrícola, matas, bosques e águas estão praticamente na posse destes grandes senhores locais; assiste-se a um reforço do poder económico e social destas casas. Para a região de Arouca é durante este período que os baldios ou pastos comunitários sofrem uma grande pressão por parte destes grandes senhores, que muitas das vezes ampliam as suas propriedades para dentro dos baldios, usurpando ao povo uma grande parte dos hectares que lhes estavam reservados pelo direito de usos e costumes¹⁵.

¹⁴ A.H.M.A, 1834-1848: *Livro de Cópias de Testamentos do Concelho de Arouca*, fols 1-79. Quando falamos sobre as alianças matrimoniais entre estas Casas Grandes de Arouca, é necessário compreender que ligações estabeleciam entre si. Assim, por exemplo, António José de Sousa da Casa Grande de Alvavaite, casa com D. Maria Angélica Soares da Casa Grande de Pousada, em 16 de Dezembro de 1883; José Vaz do Nascimento da Casa da Pousada, contrai matrimónio com Maria Thomazia de Jesus, em finais do século XVIII; Antónia de Pinho da Casa Grande de Minhãos vai casar com Jacinto Soares de Brito da Casa Grande da Lavandeira em meados do século XIX; Anna Maria Ritta da Fonseca Telles casa com José Ferreira Pinto da Casa Grande da rua d'Arca. Esta pequena lista de alianças matrimoniais entre as famílias do vale de Arouca, permite-nos ainda que de forma pouco sistemática conhecer as filiações matrimoniais e os sistemas de interesses que regularizam estes casamentos dentro destas Casas Grandes. Mas, também se pode levantar a questão da aliança entre família, casa e nome, como se pode deduzir das palavras de Allmen, quando afirma que «un père peut tout ou plus préconiser une alliance ou – à supposer que l'indiviso soit maintenue – destiner à son fils une cousine parallèle proche. S'il choisit une alliance, il ne désigne eu fait qu'une famille, une maison ou un nom. Il évite du même coup les compromissions qui pourraient diminuer son crédit dans les accords officiels et eutacher l'honneur de son nom» (Allmen, 1985: 50). O casamento funciona de acordo com os interesses e relações de força marcadas pelos interesses económicos e sociais da vida corrente, contribuindo desta maneira para diferentes formas de coesão familiar.

¹⁵ A partir das *Petições Camarárias de 21 de Julho de 1821*, enviadas às *Cortes Liberais*, pode-se facilmente constatar a tensão sócio-política existente na sociedade arouquense, entre as elites locais (oriundas das Casas Grandes e Casas Pequenas locais) que ocupavam os lugares do emergente poder local e a abadessa donatária e respectivo capitulo, que exerciam efectivamente o poder dentro do Couto Monástico do Mosteiro de Arouca. Este documento, é segundo Albert Silbert um verdadeiro libelo de acusação contra o convento e abadessa donatária e o próprio estado. Assiste-se, assim, ao aparecimento de uma “nova” força social, que se pode classificar de burguesia rural emergente num contexto de um capitalismo agrário emergente, que faz a viragem de um regime senhorial para o capitalismo moderno (Silbert, 1985: 278-281). Vale a pena, referir, que em 20 de Março de 1821, as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, decidem pela supressão e abolição de alguns «direitos banais». Este decreto, perfeitamente integrado dentro do espírito liberal, pretende abolir tributos e imposições que remontam ao período senhorial, contribuindo para uma maior liberalização das actividades agrícolas e um acesso dos estratos sociais mais vastos aos meios de produção. É contudo através do processo de desamortização do período liberal, o qual se traduz no desmantelamento de corporações e de estabelecimentos religiosos e laicos, na nacionalização dos bens da coroa e na incorporação

A Casa de Alhavaite, situada na confluência de duas ribeiras (Silvares e a de Novelhos), ao encontrarem-se dão origem ao rio Arda, em pleno coração do vale de Arouca, pertence à família Brandão de Vasconcelos, é sem dúvida também uma das Casas Grandes de Arouca. A Casa de Alhavaite vai ao longo do século XVIII e XIX, gerir os destinos da vila de Arouca, fornecendo a maior parte dos presidentes e administradores da Câmara da Vila de Arouca. De todos os seus ilustres familiares, destaca-se o Doutor António Brandão de Vasconcelos, pela sua capacidade política na gestão dos interesses da vila de Arouca, sobretudo pela construção do túnel na ribeira do Aqualva, obra de engenharia de considerável complexidade. A sua dedicação à vila de Arouca valeu-lhe um lugar na toponímia da vila, com o seu nome gravado na placa que identifica a nova praça da vila, entre a capela da Misericórdia e a Igreja Conventual. Esta família vai no entanto abandonar a gestão política a partir do século XX, conduzir os seus novos descendentes para uma exclusiva carreira universitária que lhes dê acesso aos lugares superiores da função pública ou da gestão empresarial. Mas é com o 25 de Abril de 1974 que se assiste a uma fragmentação e perda de centralidade social por parte destas Casas Grandes no contexto local e regional. Com o 25 de Abril de 1974, os códigos sociais esbatem-se de forma difusa. As famílias mais conservadoras detentoras destas Casas Grandes, passam por um momento de crise profunda de valores e de códigos familiares, as gerações mais novas adquirem uma maior liberdade sexual e social, repudiando tudo aquilo que se identificava com família, casa, património, ordem e autoridade. Estamos perante uma crise profunda da autoridade do pai de família, situação que deixa algumas famílias mais conservadoras em situação de profunda crise de identidade social. Os filhos destas grandes casas rejeitam os valores tradicionais e procuram nos jeans e na coca-cola, o sentido da liberdade. Em Arouca as Casas Grandes tornam-se mais flexíveis e abrem-se aos grupos sociais emergentes; assiste-se a um intenso convívio social entre jovens de diferentes casas e de diferentes estatutos sociais e culturais. O aparecimento do ensino público na Vila de Arouca, consequência do 25 de Abril de 1974, aproxima os jovens e desperta neles um novo sentido de socialização, pelo simples facto de a Escola Pública ter um só recreio, uma só sala, uma só cantina e uma só lei. Estamos perante o mito das igualdades horizontais, independentemente dos diferentes capitais simbólico-culturais e materiais que cada um transporta de casa para a sala de aulas. O espaço escolar é uma estrutura social onde as interações se processam de forma democrática, de tal forma que as diferenciações sócio-económicas e culturais se tornam difusas, esbatendo as assimetrias sociais e as diferenças entre as classes no espaço local.

Sobral (1995: 300 e ss.) quando nos fala sobre os grandes proprietários da região da Beira, refere que *«os grandes proprietários não constituem um grupo homogéneo – não só em termos de dimensão da propriedade, mas sobretudo em*

termos das gerações que levam nessa posição e da sua proveniência e trajectória social, ambas reconstruídas na sua memória», como considera ainda que «estas famílias distinguem-se também do grosso da população local por constituírem casas...». Na vila de Arouca vamos encontrar uma realidade social e cultural diferente, mas com aproximações a esta realidade que Sobral estudou para a Beira Alta, uma região de grandes proprietários vinhateiros¹⁶.

As Casas Grandes do vale de Arouca estão associadas a uma actividade e produção agrícola, que com o passar dos tempos foram decaindo de rentabilidade económica e como tal foram sendo desactivadas da sua função económica original. Assiste-se à queda da agricultura tradicional, à valorização da vida urbana e industrial, ao abandono da agricultura tradicional, agravada com a adesão de Portugal à CEE na década de oitenta, e as consequências catastróficas da Política Agrícola Comum (PAC).

A Casa Grande de Boco vai desenvolver intensa actividade agrícola nas décadas de setenta e oitenta, centradas na substituição da cultura do milho pela fruticul-

dos seus bens na Fazenda Nacional, que posteriormente os transferirá, por meio de venda em hasta pública, para o domínio privado. A questão dos baldios é estudada em profundidade por Manuel Rodrigues, no seu livro *Os Baldios*, editada pela Editorial Caminho em 1987; o autor refere-nos por exemplo, que é em 1834 com Mouzinho da Silveira, ministro da Fazenda de D. Pedro, que se toma um «vasto conjunto de medidas com o fim de apressar a derrocada das barreiras senhoriais e favorecer o desenvolvimento das novas relações económicas assentes na propriedade privada dos meios de produção, no desenvolvimento comercial e industrial e no mercado como ponto de referencia da economia», é a partir deste contexto político que já em meados do século XIX, as relações capitalistas de produção haviam praticamente esmagado as velhas relações feudais e, «atrás da desamortização dos bens de mão-morta vem a desamortização dos baldios, considerados pela burguesia liberal ignóbeis manifestações da estrutura feudal, propriedade imperfeita, causa do marasmo e dos enormes atrasos da nossa agricultura». Mas é o Código Administrativo de 1842 que concede às câmaras a possibilidade de venderem os baldios (Manuel Rodrigues, 1989: 40 e ss.). Enrique Luque, ao estudar um «pueblo de las Cabreras», na década de oitenta espanhola, considerava por exemplo que «Desde la perspectiva de la gente que me tocó estudiar, más que época de cambio parecía aquélla un tiempo de saldo y liquidación. Día a día se abandonaban labrantíos o se suprimían fiestas tradicionales sin que apenas nadie pareciera lamentarse de una u otra cosa. Una gran parte de la población tenía puestas sus miras en Cataluña, Suiza o Alemania. El presente allí, en el pueblo, era irrelevante y su lugar estaba ocupado por un impreciso, nebuloso pasado y por un futuro casi inevitable en cualquiera de esas tierras, tan idealizadas como el pasado remoto» (Luque, 1996: 125-6; 127-9). Como podemos constatar, o problema de desamortização dos terrenos baldios foi um fenómeno à escala ibérica, afectando de forma profunda e radical o modos de vida e de sustentabilidade económica e social dos povos serranos; de forma a concentrar a propriedade nos titulares das Casas Grandes. Por exemplo, Ruth Behar, descreveu consequências idênticas para um «pueblo de la provincia de León», sobre o qual escreve o seguinte: «En una época en que (los pueblos) necesitaban desesperadamente de sus reservas de tierras comunales, estas les fueron arrebatadas repentinamente y sometidas a nuevos constreñimientos legales. Forzados a escoger entre el hambre y la proletarización o la desobediencia a la ley, los pueblos optaron por el último camino, roturando y desbrozando en sus caminos subrepticamente y esperando escapar al conocimiento de esos cuadros de funcionarios estatales preparados para un tipo moderno de supervision» (Behar, 1986: 281-282).

¹⁶ Cfr. José Manuel Sobral, *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa, ICS, 1999; e ainda Fernando Matos Rodrigues & José Augusto Maia Marques "Família e Estratégias Matrimoniais na Organização do Sistema Social Rural. Arouca e Maia: Um estudo de Caso", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 2004, pp.86-94.

tura, financiada pelos dinheiros fáceis da Europa. A Casa de Boco era assim, um espaço de produção económica, mas também era e é um espaço de representação familiar; o recheio da Casa aparece-nos como um profundo e complexo sistema mnemónico, isto é, qualquer peça de mobiliário antigo, uma pintura de um antepassado, uma estante carregada de livros velhos, uma arca velha com objectos pessoais de um avoengo, peças de faiança antiga, um arneiro antigo, um tecto pintado –, tudo são pretextos para activar o passado alimentando a memória das gerações mais novas. São casas recheadas de mobiliário, de objectos, que nos remetem para outro tempo outro imaginário. Cada peça é uma história em si, um pretexto para falar da família; são histórias que se cruzam com a história da Casa e da Família¹⁷.

A Casa é organizada de acordo com um programa formal de pátio, casa, jardim, fontes e terreiro, com uma clara unidade de conjunto; constituída por duas alas centrais, em torno de um pátio interior, com uma fonte e escultura em bronze da autoria de um dos filhos do Eng^o Ernesto Queirós Ribeiro, o escultor Alfredo Vaz Pinto Queirós Ribeiro. À entrada do pátio encontramos um pequeno portão, que dá para uma pequena sala, a partir da qual encontramos um grande corredor em direcção a duas salas grandes, que são o museu da família Queirós Ribeiro. Aí encontramos as armas do braço da família, duas grandes árvores genealógicas que levam os Queirós Ribeiros até ao lendário século XII. Fotografias antigas, pastas com documentos de propriedades e de registos de bens, pinturas a óleo, um piano, tudo o que há de mais precioso para a recordação e para a construção da memória familiar, – aqui o real e o imaginário tocam-se e completam-se. Sobral (1995: 292) ao escrever sobre a importância da memória e da recordação nas famílias considera que «a memória – que é ao mesmo tempo meio e mensagem – é social, porque é adquirida em determinado contexto, desenvolve-se em interacção e através de práticas, experiências e códigos simbólicos partilhados, é estruturada pela linguagem e é parte do processo de reprodução social».

A Casa de Boco está associada por casamento à Casa do Burgo, da família Vaz Pintos, oriundos da antiga Casa de Milhaço; em meados do século XIX, dois jovens, Maria Barbara Pitta Maciel, filha de Maria Cláudia de Loureto Souto Maior e de Luís Ribeiro de Almeida Vasconcelos, 5^o. Morgado de Santa Eulália – Seia, casa com Gaspar Queirós Botelho Almeida Vasconcelos, deste matrimónio nasce uma única filha, Mariana Cláudia que vai por sua vez casar com um primo directo em 1935, Ernesto Kopke Melo e Rocha Vaz Pinto Queirós Ribeiro, que é filho de António Queirós Ribeiro Souto Maior da Casa Grande do Burgo e de Ernestina Kopke Fonseca e Gouveia, da Casa do Morgado de Seia. Como se pode constatar,

¹⁷ Cfr. por exemplo, Fernando Matos Rodrigues (1999) *Casa e Diferenciação Social. O caso da Vila de Arouca*. Universidade do Minho, Braga (texto policopiado, 300 paginas).

os matrimónios realizavam-se entre as Casas Grandes de Arouca ou mesmo da região. A existência de casamentos entre primos em primeiro grau é também uma prática comum. Segundo nos informou um dos proprietários da Casa de Boco, era prática os primos «*Rocha e Melo*»; os primos «*Souto Maior*»; os primos «*Morais Sarmento*», encontrarem-se na semana que antecede a Páscoa, era também costume a família reunir-se pelo verão na Casa do Estoril, era comum o tratamento por «*prima ou primo*». Assim, todos os anos «*vimos a família a aumentar, aparece sempre um primo novo, um parente novo... as festas da família pelo Natal, pela Páscoa são momentos de grande excitação familiar... as casas enchem-se de parentes, de convidados... as criadas não param de fazer os doces, as goluseimas tradicionais,... é costume os primos e os tios trazerem as suas criadas para auxiliar nas tarefas diárias... a Casa de Boco*». Na Casa de Boco pelos anos de 1950-70 existiam duas cozinheiras, a micas e a Alberta, como criadas de dentro para os quartos três moças, mais ou menos rotativas, e mais alguma criadagem no exterior que dava apoio à copa. A micas e a Alberta já faziam parte da família, pois já eram empregadas na Casa há muitos anos. A Micas nascera inclusive na Casa de Boco, era filha do antigo feitor. A família que anda dispersa pelo país e pelo estrangeiro, reencontra-se na Casa de Boco, pelas festividades anuais e pelas férias grandes. A quinta e a casa de Boco são utilizadas para aí se reunirem os familiares e amigos em dias de festa religiosa, ou ainda em dias de um baptismo, de um casamento, de um aniversário, de uma cerimónia fúnebre, etc. Vários foram os casamentos aí realizados, com o seu monumental banquete, servido debaixo do arvoredado da quinta, e a Igreja conventual na vila de Arouca como espaço da liturgia e da consagração.

As Casas Grandes da vila de Arouca acumularam ao longo dum processo histórico, um vasto e complexo património familiar, seja em capital simbólico, seja em capital material, associado a um conjunto de estratégias matrimoniais que visavam a reprodução, a conservação e se possível a expansão desse mesmo património familiar, e tendo como principal regra evitar a fragmentação desse património¹⁸. Sistema de estratégias matrimoniais, uma espécie de combinatória de estratégias sucessórias e matrimoniais, onde também o recurso ao controle da natalidade funcionavam como modelo a garantir a persistência da casa e também a condução e definição de vocações dentro dos seus familiares facilitava deste modo a afirmação da Casa e da Família na estrutura da sociedade local. Com a orientação dos restantes irmãos do herdeiro para vocações de interesse social, político, religioso e económico; por exemplo, todas as Casas Grandes de Arouca mandavam os filhos frequentar

¹⁸ Referi também que estas Casas Grandes estão associadas às fortunas que os parentes faziam nas terras do Brasil. Foram várias as heranças que vieram do Brasil para estas Casas Grandes, e contribuíram para aumentar o poder económico e social destas famílias.

os estudos universitários, como forma de os habilitar a uma «educação decente», isto é, uma formação universitária que lhes possibilita-se o acesso a carreiras de valor e significado social e económico elevado¹⁹.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELES, MARC (1977). *Poder, Sociedade, Simbólico*. Ensaio de Antropologia Política. Lisboa, Edições Regra do Jogo.
- AUGÉ, MARC (1986). *El sentido de los otros. Actualidad de la Antropología*. Barcelona, Paidós.
- BOURDIEU, PIERRE (1972). "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction" in *Annales*, ano 27, 4-5, pp. 1105-1127.
- BOURDIEU, PIERRE (1974). «La maison, une société en miniature in *Sociologie Rurale* (org. P. Rambaud). La Haye, Monton, pp. 295-299.
- BOURDIEU, PIERRE (1979). *La Distinction*. Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, PIERRE (1980). *Le Sens Pratique*. Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, PIERRE (1992). *Réponses. Pour une Anthropologie reflexive*. Paris, Editions du Seuil.
- BRANDÃO, MARIA DE FÁTIMA (1994). *Terra, herança e família no noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*. Porto, Edições Afrontamento.
- BRIQUET, JEAN-LOUIS; SAWICKI, FRÉDÉRIC (1998). *Le clientelisme politique dans les sociétés contemporaines*. Paris, PUF.
- CLASTRES, PIERRE (1980). *Recherches d'anthropologie politique*. Paris, Éditions du Seuil.
- CONTRERAS, J. (1989). "Celibato et stratégies paysannes en Espagne" in *Études Rurales*, 113-114, pp. 101-116.
- CÁTEDRA TOMÁS, MARIA; SANMANTIN ARCE, RICARDO (1979). *Vaqueiros y pescadores. Dos modos de vida*. Madrid, Akal Editores.
- CÁTEDRA, MARIA (1997). *Un Santo Para Una Ciudad. Ensayo de Antropología Urbana*. Barcelona, Editorial Ariel.
- CÁTEDRA TOMÁS, MARIA (1998). "La invención de un Santo: política, historia y simbolismo en Castilla" in *Boletín Institución de Enseñanza*, 30, pp. 53-72.
- DEL VALLE, TERESA (1995*). "Metodología para la elaboración de la autobiografía" in *Actas del Seminario Internacional – Genero y Trayectoria del Profesorado Universitario*. Madrid, I.I.F., Universidad Complutense.

¹⁹ A.H.M.A., 1830-1850: *Livro de Registos de Testamentos de Arouca*, fols. 1-5. No testamento que faz o Doutor Bernardino António Teixeira Vaz da Fonseca Pinto, casado com Dona Maria Cândida Aranha Escovar Sequeira de Barbosa, moradores na Casa Grande de Milhaço, freguesia de S. Salvador do Burgo, aos dias seis de Outubro de mil oitocentos e trinta e quatro, aos seus nove filhos, entre muitas prerrogativas, encontramos uma que nos dá uma ideia de orientação familiar para com os descendentes, numa lógica de trajecto de vida pensada e estruturada em função dos valores familiares. Assim, declara o testador que «entre o usufruto o deixo a minha mulher enquanto viva pèra ella melhor cuidar na educação decente de todos meos filhos e pólos nos estudos convenientes pois é minha vontade que algum ou alguns delles se forme na Universidade de Coimbra e que para essas despezas dos estudos concorro a dita minha mulher com o usufruto dos sobreditos bens, e ainda para augmento de dotes e melhor arranjo de cada hum de meos filhos ou filhas» (Idem, fols. 3-4).

- DEL VALLE, TERESA (1995b). "Identidad, memória y juegos de Poder" in *DEVA*, n.º 2, pp. 12-27.
- DEL VALLE, TERESA (1996). "Incidencia de las nuevas socializaciones en la elaboracion de la memoria individual y social" in Aurora González Echevarria (coord.) *Epistemologia y metodo, VIII Simposio. VII Congreso de Antropología Social*, Zaragoza, pp. 145-152.
- DEL VALLE, TERESA (1997). *Andamios para una nueva ciudad. Lecturas desde la antropología*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- DUMONT, LOUIS (1995). *Homo hierarchicus. Le système des castes et ses implications*. Paris, Gallimard.
- ECO, UMBERTO (1974). *As formas do conteúdo*. S. Paulo, Editora Perspectiva.
- FREYRE, GILBERTO (1966). *CASA-GRANDE & SENZALA. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- FREYRE, GILBERTO (1996). *SOBRADOS E MUCAMBOS*. S. Paulo, Editora Record, 9.ª edição.
- GERALDES, ALICE (1986). *Gente de minifúndio. Produção e reprodução em mudança na freguesia da Correlhã*. Vol.I e II (Tese de Doutoramento dactilografada), Braga, Universidade do Minho.
- GIDDENS, ANTHONY (1982). *Central Problems in Social Theory. Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Londres, The Macmillan Press.
- GIDDENS, ANTHONY (1989). *A Constituição da Sociedade*. S. Paulo, Martins Fontes.
- GLEDHILL, JOHN (2000). *El Poder Y Sus Disfraces. Perspectivas antropológicas de la política*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- GODELLIER, MAURICE (1988). "A antropologia económica" in *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa, Edições 70.
- GOFFMAN, ERVIN (1974). *Les rites d'interaction*. Paris, Editions de Minuit.
- GOODY, JACK (1994). *Production and Reproduction*. Cambridge, University Press.
- GOODY, JACK (1995). *Família e Casamento na Europa*. Oeiras, Celta Editora.
- GOODY, JACK (1996*). *L'Homme, L'Écriture Et La Mort*. Paris, Les Belles Lettres.
- GOODY, JACK (1996b). *The East in The West*. Cambridge, University Press.
- GONZÁLEZ ALCANTUD, JOSÉ A. (1977). *El clientelismo político. Perspectiva socioantropológica*. Barcelona, Editorial Anthropos.
- ITURRA, RAUL (1983). "Ritual, casamento e lucro numa aldeia portuguesa 1862-1983" in *Ler História*, 5, pp. 59-81.
- ITURRA, RAUL (1991). *A Religião como teoria da reprodução social*. Lisboa, Escher.
- LISÓN TOLOSANA, CARMELO (1997). *Las máscaras de la identidad. Claves antropológicas*. Barcelona, Editorial Ariel.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (2003). "Pensar O Espaço da Pré-História Recente: A propósito dos Recintos Murados da Península Ibérica" in *Recintos Murados da Pré-História Recente* (Susana Oliveira Jorge, Coordenadora), Porto, Edição da Faculdade de Letras do Porto / Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- LUQUE, ENRIQUE (1974). *Estudio antropológico social de un pueblo del sur*. Madrid, Editorial Tecnos.
- LUQUE, ENRIQUE (1996). *Antropología política. Ensayos críticos*. Barcelona, Editorial Ariel.
- MATTOSO, JOSÉ (1982). *RICOS-HOMENS, INFANÇÕES E CAVALEIROS. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa, Guimarães & C.ª Editores.
- MEDECK, M.; SABEAN, D. (Org.) (1984). *Interest and Emotion: Essays on the study of family and Kinship*. Cambridge, University Press.
- MEDEIROS, FERNANDO (1987). "Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo

- da escola de Le Play, 1908-1934” in *Análise Social*, vol. XXIII (95), pp. 97-116.
- PASCOAES, TEIXEIRA DE (1994) *A Beira (Num Relâmpago) – Duplo Passeio*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- RODRIGUES, FERNANDO MATOS; MARQUES, JOSÉ AUGUSTO MAIA (1997). “Teologia Moral e Relações de Parentesco. Leitura antropológica do Livro Prática do Confessionário de 1737” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 37 (3-4), Porto, pp. 91-117.
- RODRIGUES, FERNANDO MATOS (1997). “A Dimensão Poliédrica do Espaço Social Rural” in *Cadernos ESAP*, vol.1, Porto, ESAP/CESAP.
- RODRIGUES, FERNANDO MATOS RODRIGUES; PEDROSA, ANTÓNIO DE SOUSA (1998). “O Espaço Construído como Estrutura da Reprodução Social” in *Cadernos ESAP*. Porto, vol. 2-3, ESAP/CESAP, pp. 54-66.
- RODRIGUES, FERNANDO MATOS; MARQUES, JOSÉ AUGUSTO MAIA (2004). “Família e Estratégias Matrimoniais na Organização do Sistema Social Rural. Arouca & Maia: um estudo de caso” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 44 (3-4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 85-120.
- RODRIGUES, FERNANDO MATOS (2003). “As Cidades Globais. Arquitectura, Arte e Imagem em Contextos Urbanos Difusos” in *Arquitectando Espaços: Da Natureza À Metapolis* (Vítor Oliveira Jorge, coord.). Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Fundação Para a Ciência e a Tecnologia.
- SÁNCHEZ PÉREZ, FRANCISCO (1993). “El Espacio Y Sus Símbolos: Antropología de la Casa Andaluza” in *Espacio Y Cultura* (editor José C. Lisón Arca). Madrid, Editorial Coloquio, pp. 9-30.
- SÁNCHEZ PÉREZ, FRANCISCO (1990). *La liturgia del espacio. Casarabonela: un pueblo aljamiado*. Madrid, Editorial NEREA.
- SILVA, FILIPE MANUEL CAMPOS (1997). “Uma perspectiva das elites portuguesas” in *Elites e Poder* (coord. António Marques Bessa). Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 207-217.
- SILVA, MANUEL CARLOS (1987). “Camponeses nortenhos: «conservadorismo» ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?” in *Análise Social*, vol. XXIII (97), pp. 407-445.
- SILVA, MANUEL CARLOS (1989). “Economia, campesinato e Estado Novo” in *Ler História*, n.º 15, pp. 111-155.
- SILVA, MANUEL CARLOS (1990). “Comunitarismo: identidade e diferenciação. O caso de uma aldeia do Alto Minho” in *Cadernos do Noroeste*, vol.3, Braga, pp. 205-234.
- SOBRAL, JOSÉ MANUEL (1990). “Religião, relações sociais e poder” in *Análise Social*, vol. XXV (107), pp. 351-373.
- SOBRAL, JOSÉ MANUEL (1995). “Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural” in *Análise Social*, vol. XXX (131-132), pp. 289-313.
- SOBRAL, JOSÉ MANUEL (1999). *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa, ICS.
- WALL, KARIN (1988). “Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho” in *Sociologia – Problemas e Práticas*. Lisboa, n.º 5, pp. 37-82.

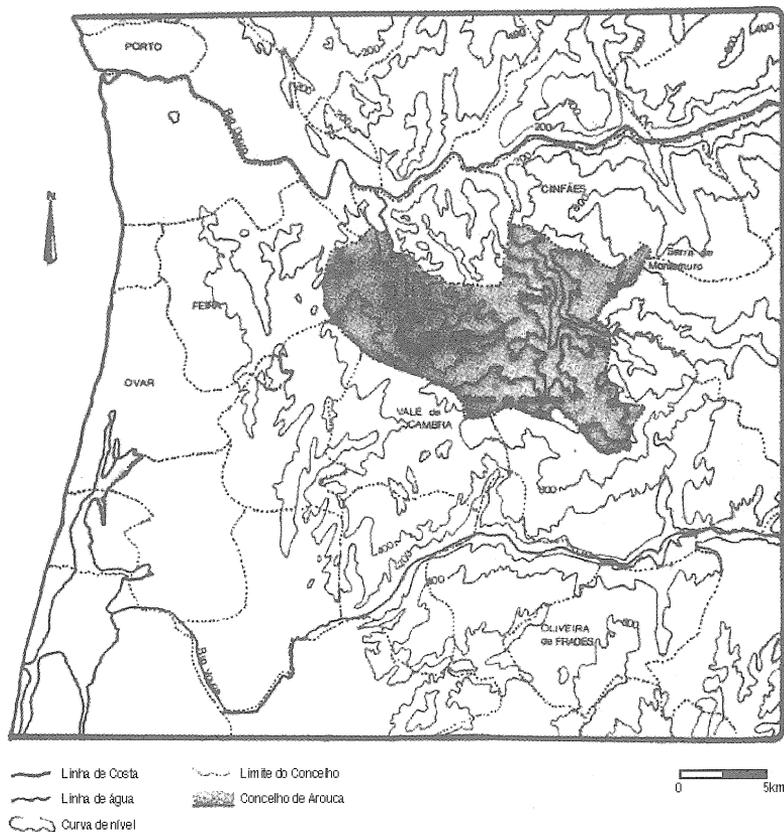


Fig. 1 – Mapa de Enquadramento Regional.

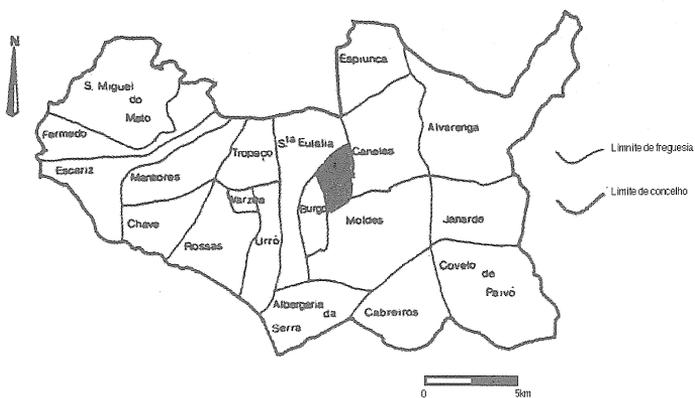


Fig. 2 – Mapa do Concelho de Arouca.

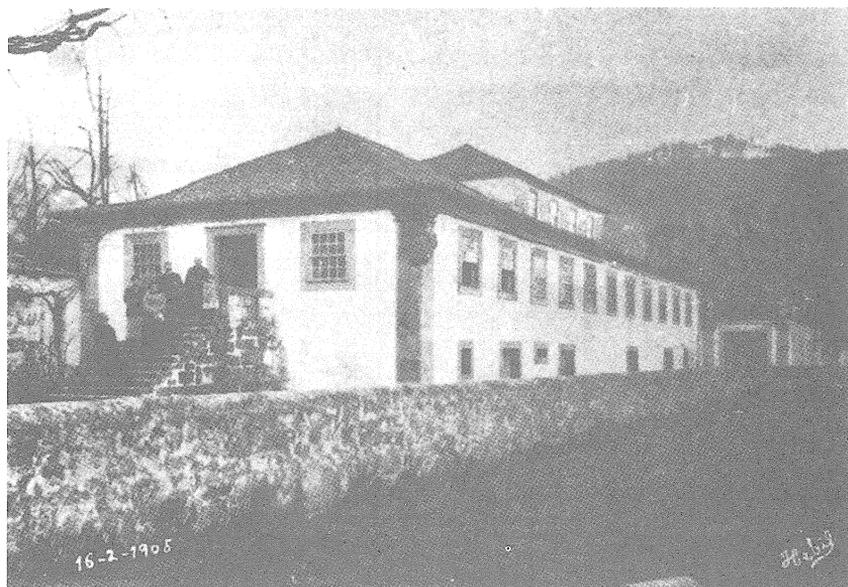


Fig. 3 – Casa de Eiriz.



Fig. 4 – Família Castelo Branco:
Tio Álvaro, Tia Júlia e Tia Ernestina.



Fig. 5 – Família Castelo Branco:
Jerónimo de Almeida e Ema Júlia.

Casa de Eiriz
1740-1990

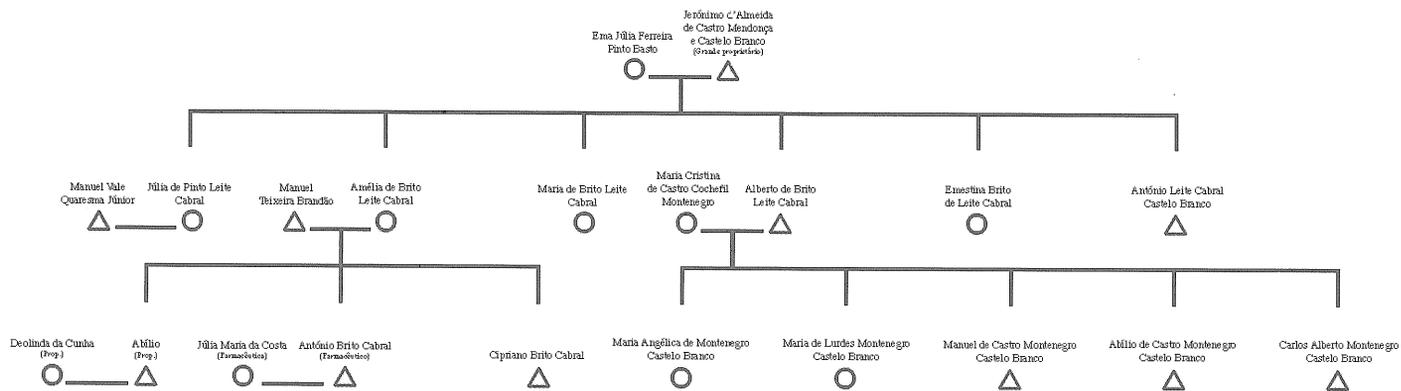


Fig. 6